

Queda de receita limita repasse

BEATRIZ ABREU

BRASÍLIA — Os governadores sobreviveram a pão e água de recursos federais neste primeiro trimestre. Pressionado pela queda brutal nas suas receitas, o governo reteve parte significativa das verbas destinadas aos investimentos nos Estados. Os repasses aos ministérios foram limitados à arrecadação, obrigando um corte de Cr\$ 2 trilhões, reduzindo ainda mais a disponibilidade de recursos para a continuidade das obras nos Estados e investimentos na área social.

Sem dinheiro para tocar seus projetos, os governadores "invadiram" os gabinetes de Brasília. Todos faziam o mesmo pedido: mais recursos. E a resposta invariavelmente era a mesma: não tem dinheiro. O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, alvo das pressões por maiores gastos, foi direto. "Não fechamos o cofre porque somos irracionais e não se abriu o cofre porque não há recursos dentro do cofre."

Mas esta declaração não inibiu os governadores. Afinal, este ano teriam direito, pela Lei Orçamentária, a

recursos da ordem de Cr\$ 14,4 trilhões. Mas a forte contenção determinada para o primeiro trimestre fez chegar às mãos dos governadores pouco menos de Cr\$ 500 bilhões. Se o governo tivesse dinheiro em caixa e as liberações não fossem submetidas a qualquer tipo de corte, os governadores poderiam receber cerca de Cr\$ 4 trilhões.

O ministro da Saúde, Adib Jatene, um novato na administração pública, logo aprendeu a dizer não. E assim foi obrigado a atuar também o deputado que ocupou a pasta da Ação Social, Ricardo Fiúza. Menos dificuldades no seu relacionamento com os Estados passou o ministro da Educação, José Goldemberg. Os recursos da sua pasta atendem, prioritariamente, o pagamento do "salário educação", o nome que foi dado às despesas de manutenção do ensino de primeiro grau.

Os Estados foram prejudicados duplamente. A recessão e o número imenso de decisões da Justiça liberando as empresas do pagamento do Finsocial resultaram na baixa arrecadação, que motivou os cortes no Orçamento, de um lado. De

outro, interfeririam diretamente nos repasses aos Estados do Fundo de Participação, que é constituído basicamente pela transferência de receita do Imposto de Renda. Esta crise obrigou o ministro Marcílio a adotar o rigor no controle do caixa.

As liberações de recursos foram vinculadas à efetiva arrecadação de impostos. O ministro da Economia programara um gasto de apenas 16% do total do Orçamento deste ano para o primeiro semestre. Mas a crise foi maior ainda e somente 2% deste total (dos 16%) foram efetivamente liberados. Marcílio fez os cortes e os outros ministros o pior: dividir os recursos entre os programas que considerassem prioritários, ressalvados, é claro, os de interesse do governo federal.

O jogo de pressão dos governadores, no entanto, começou a dar resultados. Convencidos de que não fizeram bom negócio na rolagem de suas dívidas, os quatro maiores devedores — São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais — se uniram para conquistar regras mais flexíveis. Os governadores querem que somente as divi-

das com empreiteiros e fornecedores fiquem de fora do montante que será assumido pelo Tesouro Nacional.

O resultado de meses de conversas com o presidente do Banco Central, Francisco Gros, e com o secretário da Fazenda Nacional, Luiz Fernando Wellisch, (que negociou a aprovação da lei da rolagem da dívida no Congresso) só chegou agora. O ministro da Economia já acertou com os secretários de Fazenda dos Estados uma reunião terça-feira no Banco Central para discutir a questão. Mas enquanto a solução não aparecia, tanto Gros como Wellisch transformaram-se em *sparings* dos governadores.

A liberação de verbas é a outra resposta do governo ao assédio dos governadores. Respalado pelos sinais de recuperação das receitas, o ministro da Economia decidiu fazer uma realocação dos recursos orçamentários para aplicação em atividades anti-recessivas, que garantam novos investimento e gerem empregos. A idéia é racionalizar a utilização das verbas dos ministérios da Saúde, Educação e Ação Social para concluir obras em andamento.